

|         |                                                                                     |
|---------|-------------------------------------------------------------------------------------|
| 2.º     | PUBLICADO NO D. O. U.                                                               |
| C       | 04/06/1999                                                                          |
| C       |  |
| Rubrica |                                                                                     |



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo : 13135.000025/95-55

Acórdão : 202-10.701

Sessão : 11 de novembro de 1998

Recurso : 108.642

Recorrente : SALVADOR MARIA DE GODOI

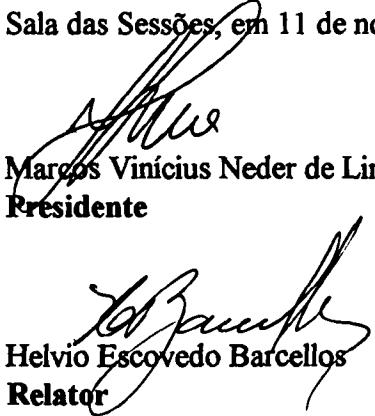
Recorrida : DRJ em Brasília - DF

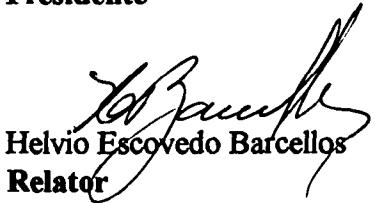
**ITR - RETIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO** - A possibilidade restringe-se aos parâmetros expressos no Código Tributário Nacional - § 1º, art. 144, Lei nº 5.172/66. **ALTERAÇÃO DE VALORES** - Os laudos periciais constituem documento hábil, capaz de fundamentar a impugnação do valor cobrado. Jurisprudência interativa do Conselho. **Recurso negado.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por: **SALVADOR MARIA DE GODOI.**

**ACORDAM** os Membros da Segunda Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso.**

Sala das Sessões, em 11 de novembro de 1998

  
**Marcos Vinícius Neder de Lima**  
**Presidente**

  
**Helvio Escovedo Barcellos**  
**Relator**

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros Antonio Carlos Bueno Ribeiro, Tarásio Campelo Borges, Oswaldo Tancredo de Oliveira, José de Almeida Coelho, Maria Teresa Martinez López e Ricardo Leite Rodrigues.

/OVRS/cgf



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo : 13135.000025/95-55

Acórdão : 202-10.701

Recurso : 108.642

Recorrente : SALVADOR MARIA DE GODOI

## RELATÓRIO

Refere-se o presente processo à cobrança do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR, ano de 1994, do contribuinte acima identificado.

O imóvel objeto da exigência fiscal é denominado Fazenda Curralinho e localiza-se no Município de Niquelândia - GO.

Devidamente intimado a recolher o crédito tributário, o interessado ingressou com a Impugnação de fls. 01, e documentos anexados, solicitando retificação do percentual lançado.

Em sucinta manifestação, informa o impugnante que na região onde se situa a área de sua propriedade o valor corrente é de 270,85 UFIR/ha, sendo que a exigência discutida considera outra base, mais elevada.

Ao apreciar as razões do proprietário, o julgador de primeira instância indefere o pedido, resumido o entendimento na seguinte ementa:

**“IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL EXERCÍCIO 1994.**

- Só é admissível a retificação de declaração por iniciativa do próprio declarante, antes de notificado o lançamento. § 1º do art. 147 da Lei nº. 5.172/66.

- IMPUGNAÇÃO INDEFERIDA.”

Cientificado, via postal, da decisão desfavorável, recorre o contribuinte, discordando das razões do julgador.

Pede a adequação do valor ora cobrado, desconsiderando-se as bases que serviram de sustentáculo aos valores exigidos.

Encaminhando o processo à SASAR/DRF/GO, a repartição fiscal houve por bem proceder a novo encaminhamento, dessa vez à Procuradoria da Fazenda Nacional.



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo : 13135.000025/95-55

Acórdão : 202-10.701

A Procuradoria emitiu (fls. 29) pronunciamento em que solicita sejam apurados os valores lançados, com razões do disposto legalmente, que a tanto obriga.

A Delegacia da Receita Federal em Goiânia – GO, ao remeter o processo à DRJ em Brasília - DF, observa o parecer da Sr<sup>a</sup>. Procuradora, já citado.

A DRJ em Brasília - DF envia o processo ao Segundo Conselho de Contribuintes, em Despacho às fls. 31.

É o relatório.



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

04

Processo : 13135.000025/95-55

Acórdão : 202-10.701

### VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR HELVIO ESCOVEDO BARCELLOS

Entendendo-se injustiçado, apresenta o contribuinte Peça Recursal de fls. 16/21, que ora se examina.

Considerando os trâmites legais, passa-se ao exame do mérito.

O inconformismo do reclamante diz dos valores lançados referentes ao exercício de 1994.

Analisa e reclama de parâmetros estipulados para o caso de pedido de retificação do lançamento.

Considera contraditórias as disciplinas expressas no Código Tributário Nacional que dispõem sobre o assunto, requerendo seja atendido seu apelo no sentido de adequarem-se os valores cobrados a percentuais compatíveis.

Não tem o Conselho de Contribuintes a necessária competência para arguir contra a redação da legislação em vigor.

Cabe a esse Colegiado zelar pela observância dos normativos legais aplicados ao caso concreto.

Por outro lado, é sabido que a jurisprudência administrativa, ao julgar pendências semelhantes, analisa, como base firme para a reclamação, os laudos periciais referentes.

Assim, a prova hábil para impugnar a fundamentação adotada no lançamento é o Laudo de Avaliação, acompanhado de cópia da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, devidamente registrada no CREA, e que demonstre o atendimento dos requisitos das Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT (NBR 8799), documentos estes não presentes aos autos.

No mais, os esclarecimentos expostos na decisão recorrida são perfeitos, ao explicitar o § 1º do artigo 147 da Lei 5.172/66, sobre os requisitos desejáveis em pedidos semelhantes.



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo : 13135.000025/95-55

Acórdão : 202-10.701

São as considerações expendidas que trazem fundamento pelo não provimento ao Recurso, mantendo o entendimento do julgador monocrático.

Sala das Sessões, em 11 de novembro de 1998

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'H. Escóvado Barcellos'. The signature is fluid and cursive, with 'H.' at the top, followed by 'Escóvado' and 'Barcellos' stacked vertically.